DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: OS DESAFIOS DA INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR

PAMELA CRISTINA AMARAL DOS SANTOS

RESUMO

Neste artigo será apresentado o papel da escola na integração da pessoa com deficiência intelectual, seus desafios, dificuldades e anseios. A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular é um tema importante e desafiador. A educação inclusiva parte do princípio fundamental de que toda criança tem direito à educação e oportunidade de atingir um nível adequado de aprendizagem. No entanto, nem sempre essa educação inclusiva é alcançada em sua plenitude, pois os desafios da inclusão escolar no cotidiano da escola regular ainda são muitos. Um dos principais desafios é o apoio governamental, que nem sempre acontece. Os alunos especiais têm direito, por lei, a uma educação plena e à matrícula em escolas regulares. Outro desafio é a adaptação da infraestrutura escolar. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão, capítulo IV, as escolas estão proibidas de cobrar valores adicionais pela implementação de recursos de acessibilidade. Apesar desses desafios, houve avanços importantes na legislação sobre a educação inclusiva. Ainda há muito trabalho a ser feito para superar os desafios da inclusão no ensino regular, mas essas conquistas mostram que estamos no caminho certo. É importante continuar lutando pelos direitos das pessoas com deficiência e trabalhando para tornar nossas escolas mais inclusivas.

Palavras-Chave: Pedagogia. Educação especial; inclusão; Pessoa com deficiência; Deficiência intelectual.

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular é um tema importante e desafiador. A inclusão escolar de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais tem mobilizado a sociedade e toda a comunidade escolar frente a este novo modelo de escola, onde todos os alunos devem estar incluídos nas salas de aulas do ensino regular. Esse movimento faz com que a escola reflita sobre princípios desse novo paradigma, que vai desde a convivência com esses alunos em um mesmo espaço até uma mudança na organização de todo o trabalho pedagógico da escolar. A inclusão desses alunos na escola requer adaptações nas práticas pedagógicas. Neste artigo, discutiremos os desafios da inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular e como podemos superá-los. Com o surgimento da proposta de superar as situações de exclusão, reconhecendo os direitos de pessoas com deficiência e estimulando sua participação na sociedade. A escola pode se adaptar para incluir alunos com deficiência intelectual de várias maneiras. Algumas sugestões incluem oferecer recursos visuais, como cartazes e ilustrações, organizar o espaço de forma clara e objetiva, e utilizar materiais adaptados, como lápis grossos e cadernos com pauta ampliada; Utilizar linguagem clara e objetiva, evitar jargões e termos técnicos, e apresentar o conteúdo de forma visual e prática; Fornecer atendimento educacional especializado (AEE) e disponibilizar serviços e recursos para orientar os alunos e professores do ensino regular a esse respeito; Adaptações curriculares ou mesmo das práticas pedagógicas para que a inclusão seja efetiva; Além disso, é importante lembrar que existem leis e políticas de inclusão escolar que garantem o direito de todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência intelectual, a uma educação de qualidade. É importante conversar com a escola para entender quais são as opções disponíveis para seu filho e como eles podem adaptar o ambiente e as atividades para melhor atender às devidas necessidades.

DESENVOLVIMENTO

1.O QUE É A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL?

A deficiência intelectual é caracterizada por corresponder a expressões como insuficiência, falta, falha, carência, imperfeição associadas ao significado de deficiência que por si só não definem nem caracterizam um conjunto de problemas que ocorrem no cérebro humano, e leva seus portadores a um baixo rendimento cognitivo, muitas vezes sem afetar outras regiões ou funções cerebrais.

A pessoa com deficiência na maioria das vezes apresenta dificuldades em seu desenvolvimento neuropsicomotor, aquisição da fala e outras habilidades.

A deficiência intelectual é um transtorno do desenvolvimento que afeta cerca de 2 a 3% das crianças e pode ocorrer devido a várias situações, desde complicações durante a gestação ou no parto, até alterações genéticas. É caracterizada por limitações nas habilidades mentais gerais, que estão ligadas à inteligência, atividades que envolvem raciocínio, resolução de problemas e planejamento, entre outras. As principais características da deficiência intelectual incluem dificuldade de aprendizagem e de entendimento, dificuldade de adaptação a qualquer ambiente, falta de interesse nas atividades do dia a dia, isolamento da família, dos colegas ou da professora, por exemplo, e dificuldade de coordenação e concentração. É importante ressaltar

que a deficiência intelectual não é uma doença, mas sim uma limitação. A pessoa com deficiência intelectual deve receber acompanhamento médico e estímulos através de trabalhos terapêuticos com psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais

A deficiência intelectual diagnostica-se, observando os seguinte fatores:

umas delas é a capacidade do cérebro da pessoa para aprender, pensar, resolver problemas, encontrar um sentido do mundo, uma inteligência do mundo que as rodeia (a esta capacidade chama-se funcionamento cognitivo ou funcionamento intelectual), e a outra é a competência necessária para viver com autonomia e independência na comunidade em que se insere (a esta competência também se chama comportamento adaptativo ou funcionamento adaptativo).

Enquanto o diagnóstico do funcionamento cognitivo é normalmente realizado por técnicos devidamente habilitados (psicólogos, neurologistas, fonoaudiólogos etc.), já o funcionamento adaptativo deve ser objeto de observação e análise por parte da família, dos pais e dos educadores que convivem com a criança.

Para obter dados a respeito do comportamento adaptativo deve procurar saber-se o que a criança consegue fazer em comparação com crianças da mesma idade cronológica.

Em relação aos fatores pré-natais, durante a gestação, a mulher deve tomar uma série de cuidados e fazer acompanhamento médico, porém, com a precariedade dos serviços de saúde, fatores sociais e a falta de recursos, muitas vezes a mulher deixa de fazer os devidos exames, não passa em consultas médicas e como consequência pode acabar prejudicando o desenvolvimento do bebê.

Já os fatores genéticos, implicam em uma série de problemas, tal como a síndrome de Down, que é causada por uma alteração nos cromossomos. Os fatores genéticos não têm um controle, porém os fatores ambientais podem interferir, como a idade da mulher ao engravidar.

Em relação aos fatores ambientais, o bebê pode sofrer influências negativas do ambiente externo, causando a má formação do feto, sofrimento fetal e até a morte de feto, entre outras causas.

Algumas doenças também estão relacionadas com as deficiências. As doenças causadas por vírus, como por exemplo, a rubéola e o citomegalovírus causam uma série de problemas como as deficiências auditivas, visuais, intelectuais e motoras. Já as doenças virais, como hepatite, varicela e sarampo, podem causar até a morte fetal. As doenças causadas por bactérias e por protozoários também estão relacionadas com as deficiências, a sífilis, que é causada por bactérias, pode causar aborto, ceratite, lesões ósseas e neurais, deficiência auditiva etc. A toxoplasmose, causada por protozoários, pode causar hidrocefalia, microcefalia, inflamação na retina, entre outros. A doença de Chagas e malária também são exemplos de doenças causadas por protozoários.

Doenças endócrinas, como o hipotireoidismo e a diabetes melito, também podem aumentar o risco de aborto e malformações congênitas, que podem acarretar retardo na maturação pulmonar, macrossomia fetal e alterações no desenvolvimento psicológico ao feto.

Quando a mãe apresenta desnutrição, consequentemente o feto também fica desnutrido, é a chamada doença carencial. Se a desnutrição ocorrer na última metade da gravidez a criança apresenta baixo peso e até risco de vida no primeiro ano. A desnutrição afeta o sistema nervoso central, caso a ela permaneça, a criança pode apresentar carência alimentar durante toda a vida. Diante desse problema, é importante ressaltar mais uma vez o que o acompanhamento médico é primordial, associada a uma boa alimentação. Bebês prematuros com baixo peso têm maior probabilidade de desenvolver problemas com sequelas de difícil reversão.

Durante a gestação, a mãe deve tomar uma série de cuidados precauções, como por exemplo, a ingestão de medicamento sem orientação médica. Alguns medicamentos oferecem risco ao feto, principalmente de ingeridos entre o 17º e o 57º dia de gestação. Esse cuidado também deve continuar depois do nascimento, mas na forma de precaução, pois é grande o número de crianças intoxicadas por medicamentos. Entre os cuidados a serem tomados, a mãe deve abolir o uso de drogas, álcool e ao fumo. O uso de drogas, por exemplo, pode causar a síndrome da abstinência ao bebê, pois algumas drogas atravessam a placenta e chegam até o feto.

Algumas doenças intelectuais podem ser causadas após o nascimento, são as causas pós-natais, como as infecções, que podem deixar sequelas, por exemplo, a meningite bacteriana, que causa problemas visuais, auditivos, perda de funções neurológicas, entre outros. Os traumatismos cranioencefálicos, que pode ser causado por acidentes, choques elétricos, afogamentos, asfixia e quedas em geral também fazem parte das causas pós-natais. As intoxicações também estão relacionadas à deficiência intelectual, é grande o número de crianças que ingerem produtos tóxicos como chumbo, mercúrio etc.

É importante ressaltar também, as causas desconhecidas das deficiências intelectuais, mesmo com o avanço tecnológico e

o uso de recursos cada vez mais sofisticados, elas representam de 28% a 30% dos casos.

Os fatores genéticos sejam cromossomos ou genes estão classificados em síndromes que muitas vezes recebem o nome de seus identificadores (como por exemplo, a Síndrome de Down, Síndrome de Rett, etc.) podem ser hereditários ou associados à gametogênese como no caso da Síndrome de Down. Segundo Vasconcelos, foram identificados 330 distúrbios de genes recessivos que resultam em graves deficiências intelectuais.

Os fatores ou causas perinatais, ou seja, imediatamente anteriores a gestação e posteriores ao parto, podem ser de natureza tóxica, traumática, ou infecciosas causadas por vírus tipo o da rubéola ou bactérias tais como a sífilis. A maioria das agressões perinatais apresentam-se como malformações congênitas maiores ou menores, a deficiência intelectual é considerada uma malformação "maior", pois implica em perda de função do órgão afetado, nesse caso o sistema nervoso central.

Entre as causas pós-natais mais comuns podemos destacar os traumatismos cranianos, doenças infecciosas como as meningites e infelizmente os abandonos, maus tratos, desnutrição períodos iniciais do desenvolvimento.

A deficiência intelectual, portanto, não é uma síndrome em si, mas uma condição resultante de diversos tipos de doenças ou síndromes com expressão semelhante.

2.A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO REGULAR

Atualmente, as experiências práticas de inclusão têm sido muito insuficientes e para que a inclusão ocorra é necessário muito trabalho e dedicação, assim como empenho de todos, escola, família e educação, e poder público nesta jornada.

O papel da escola é muito mais do que ensinar, o professor deve identificar a necessidade de cada aluno e buscar formas de facilitar a aprendizagem adequando os conteúdos e estimulando a interação e socialização com os demais alunos. O Poder Público, por sua vez, tem o dever de criar as leis necessárias e fazer com que elas sejam colocadas em prática, pois o que acontece atualmente é que as leis existem.

Para que a inclusão escolar aconteça realmente, professor do ensino regular deve estar sensibilizado e para “mudar sua forma de ensinar e adaptar o que vai ensinar” – (Glat, Rosana. Adaptação Curricular, OLIVEIRA Eloiza da S. Gomes 2007) para atender às necessidades de todos os alunos.

Como destaca Carvalho (2007) á respeito da formação de professores:

“Devemos nos questionar se estamos realmente preparados para o desempenho de nossos papéis político - pedagógicos em relação a qualquer aluno? Criticar nossos cursos de formação e constatar as inúmeras lacunas existentes têm sido um lugar comum que, infelizmente, mais nos tem imobilizado e “engessado” em discursos sobre a incompetência, do que nos levado a produzir mudanças necessárias. Mas reconhecer que necessitamos de atualização, já é o início de um processo que nos tira do imobilismo e da acomodação e que, por nos inquietar, gera movimentos de busca e de renovação. Pode ser sofrido e custoso, mas, convenhamos, a vivência da inquietação é que nos faz avançar.

A educação inclusiva aponta para a transformação de uma sociedade inclusiva e é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular.

Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade dos alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

A inclusão perpassa pelas várias dimensões humanas, sociais e políticas, e vem gradualmente se expandindo na sociedade contemporânea, de forma a auxiliar no desenvolvimento das pessoas em geral de maneira e contribuir para a reestruturação de práticas e ações cada vez mais inclusivas e sem preconceitos.

O objetivo desse capítulo é refletir sobre o conceito de inclusão nas escolas de ensino regular, e analisar se os educadores estão preparados para receber alunos com deficiência em sala de aula. Segundo Mader: (1997, p.45)

Inclusão é o termo que se encontrou para definir uma sociedade que considera todos os seus membros como cidadãos legítimos. Uma sociedade com que há inclusão é uma sociedade em que existe justiça social, em que cada membro tem seus direitos garantidos e em que sejam aceitas as diferenças entre as pessoas como algo normal.

Como destaca Sassaki (1998),

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicio-

nal é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes. (SASSAKI, 1998c, p. 8)

De acordo com Santos (2008 p), a educação inclusiva tem um papel fundamental na educação, pois busca, por princípios básicos, a minimização e eliminação de todo e qualquer tipo de exclusão em arenas educacionais e, com isso, elevar ao máximo o nível de participação, coletiva e individual, de seus integrantes. Já sabemos que inclusão e exclusão estão sempre juntas, ou seja, um não pode existir sem o outro, então se conclui que inclusão é um processo e deve ser efetivado de maneira a eliminar barreiras e preconceitos.

O objetivo da educação para as pessoas com deficiência é o de reduzir as condições impeditivas que os impossibilitam de participar de modo pleno na sociedade, possibilitando-lhes o exercício da cidadania. Nesse sentido, a educação inclusiva é um passo decisivo rumo a essa inclusão mais ampla do portador de deficiência, pois busca promover tanto uma aprendizagem factual quanto o desenvolvimento de suas potencialidades.

Para Gabrilli:

A exclusão das pessoas com deficiência acontece em forma de cascata. No topo está a dificuldade que grande parte das pessoas tem em entender as diferenças. Em seguida, e por consequência, acabamos por espalhar por todos os cantos uma infinidade de barreiras arquitetônicas que impedem as pessoas com deficiência ou mobilidades reduzidas de circularem livremente.

Segundo Mantoan (2001), pode-se afirmar que a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil encontra-se dividida entre três grandes períodos: de 1854 a 1956, marcado por iniciativas de cunho privado; de 1957 a 1993, definido por ações oficiais de âmbito nacional; de 1993 até o momento, caracterizado pelos movimentos sociais em defesa da inclusão escolar.

Como descreve Mazzotta (1996): O portador de deficiência desde a era pré-cristã foi vítima de segregação, pois se dava muita importância as suas incapacidades e anormalidades.

(...) a história da educação especial no Brasil foi se estruturando, seguindo quase sempre modelos pautados pelo assistencialismo, pela visão segregacionista e por uma segmentação das deficiências, fato que contribui, ainda mais para que a formação escolar e a vida social das pessoas com deficiência aconteçam em um mundo à parte.

Sob a ótica de Sassaki (1998), tanto integração quanto inclusão constituem formas de inserção. Era próprio da integração escolar, principalmente na década de sessenta e setenta, apoiar-se no referencial médico da deficiência, segundo o qual era preciso modificar a pessoa com deficiência para ajustá-la aos padrões de normalidade estabelecidos no meio social (familiar, escolar, profissional, recreativo, ambiental). Ou seja, a integração escolar é definida como uma forma de inserção que admite alunos com deficiência desde que estes se ajustem à escola regular nos moldes tradicionais.

Já a prática da inclusão escolar, segundo Mantoan (2003), pauta-se na capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes; é acolher todas as pessoas, sem exceção. É construir formas de interagir com o outro, que, uma vez incluídas, poderão ser atendidas as suas necessidades especiais; o estudante com deficiência física, os que têm deficiência mental, os superdotados, todas as minorias e para o aluno (a) que é discriminado (a) por qualquer outro motivo.

As experiências práticas de inclusão que dão certo, em sua maioria, contam com a boa vontade de cada um, pois os recursos são precários, as barreiras encontradas são inúmeras e por muitas vezes a própria família não ajuda ou não aceita. Mas, não podemos abandonar a inclusão, pois devemos garantir que a educação aconteça.

3.OS DESAFIOS E AS CONQUISTAS DA INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR

Apesar de todas essas barreiras, existem práticas inclusivas que dão certo. Primeiramente, é preciso conhecer o aluno de inclusão e sua realidade, é preciso firmar parcerias com a família, além disso, toda a equipe escolar, devem propiciar ao aluno um ambiente acolhedor.

Um bom planejamento é essencial para o professor, pois ele deve buscar alternativas de adaptação e flexibilização das atividades, adequando-as a realidade do aluno, aproveitando o conhecimento prévio dele explorando suas habilidades.

O currículo adaptado é uma boa prática de inclusão, pois ele garante que o aluno com deficiência acompanhe o conteúdo da turma dentro de sua realidade, tratando-o com igualdade perante os demais alunos. Em uma boa aula o conteúdo transmitido envolve a teoria e a prática, que são associadas com materiais concretos, o que torna a aula mais dinâmica. Estabelecer rotina também é primordial, pois ela transmite segurança ao aluno e mais confiança acerca do conteúdo a ser tratado naquela aula.

Vejamos alguns exemplos de práticas da inclusão em sala de aula que são bem-sucedidas:

A organização dos espaços para o deficiente visual: informar a localização dos objetos em sala de aula, porém sem fazer uma organização exclusiva para o aluno, permitindo mudanças e estimulando a mobilidade;

Valorizar os recursos sonoros: se tiver algum aluno deficiente visual na turma, deve-se planejar a aula com mais recursos sonoros, chamando a aluno sempre pelo nome, e fornecer materiais em braile para que ele tenha acesso em todos os conteúdos;

Na deficiência auditiva, os recursos visuais podem ajudar: se o aluno surdo não consegue fazer a leitura orofacial, sugira que ele sente nas cadeiras da frente e fale com clareza, usar recursos visuais também ajuda na compreensão dos conteúdos;

Verifique o que a criança com deficiência física consegue fazer: explore o que ele pode fazer e estimule sua participação;

Valorizar os saberes do aluno com síndrome de Down: dê preferências para informações visuais e proponha desafios gradativos. Valorize os interesses desses estudantes para estimular o aprendizado;

Perceber as características específicas de cada um: valorize as habilidades para criar situações de interação e minimizar a dificuldade do convívio social. Ajude o aluno a incorporar rotinas em grupo e regras do convívio social.

Pode-se afirmar ainda que quanto maior for o estímulo durante a primeira etapa da educação, melhor o desenvolvimento, atingindo suas potencialidades. E que a inclusão ainda necessita aperfeiçoamento e que a formação de professores deve ampliar seus conhecimentos sobre como incluir crianças com deficiências, contribuindo assim para que a educação alcance os objetivos de um sistema educacional de qualidade.

É importante ressaltar que, assim que houver uma suspeita de deficiência intelectual, deve o professor conversar com a equipe gestora da unidade escolar, que irá verificar junto à família quais atitudes estão sendo tomadas, e quais são os diagnósticos e orientações recomendadas pelos especialistas, a fim de desenvolver um trabalho em conjunto com a família priorizando o desenvolvimento pleno do aluno.

Cabe ao professor propiciar situações de conversa, brincadeiras e de aprendizagem orientadas que garantam a troca entre as crianças, de forma a que possam comunicar-se e expressar-se, demonstrando seu modo de agir, de pensar e de sentir em um ambiente acolhedor e que lhe forneça confiança e autoestima. Portanto, vejamos a seguir a importância do momento do brincar nas escolas, na deficiência intelectual.

O professor e a toda a equipe escolar devem promover um ambiente propício a socialização e interação do aluno, fazendo com que ele se sinta a vontade e se relacione com os demais colegas. Após o momento de socialização do aluno, o professor deve conhecer sua deficiência, suas características e buscar trabalhar as diferenças em sala de aula, fazendo adaptações, buscando novos métodos pra que o aluno se sinta parte integrante do processo de aprendizagem. Em relação a afetividade, o professor deve oferecer ao aluno uma relação de confiança, carinho e afeto, pois é por meio da afetividade que o aluno se sente seguro em demonstrar seus sentimentos e compartilhar suas conquistas. De acordo com Paulo Freire (1978), consegue entender melhor as possibilidades e dificuldades de cada um e provocar a construção do conhecimento com maior adequação.

A teoria das inteligências múltiplas pode ajudar na avaliação dos alunos especiais, pois a partir do momento em que o professor identifica a inteligência de cada aluno, ele estabelece objetivos e limites que cada um pode alcançar e até mesmo se superar. O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno.

Os métodos utilizados na avaliação dos alunos também são de grande importância, pois uma boa avaliação é feita por meio de estímulos e resposta do indivíduo a esses estímulos, pois o professor é o organizador e o mediador de sua aprendizagem. A avaliação deve ser continua e diária, deve ser feita com base na observação, interesse e participação dos alunos com deficiência.

Contudo, é importante ressaltar que cada aluno tem o seu tempo de aprendizagem e cabe ao professor respeitar esse tempo e promover ao aluno o máximo de estímulos e valorização de suas conquistas.

É de fundamental importância uma ação interdisciplinar que garanta a ação conjunta entre os profissionais da saúde envolvidos e a equipe da instituição de ensino favorecendo a inclusão social dela, promovendo suas potencialidades.

Outra questão a ser destacada, é a parceria com os gestores e outros profissionais, tais como fonoaudiólogo, terapeutas, fisioterapeutas etc. Assim como também, a parceria com os familiares da criança.

Conclusão

Sabemos que o principal desafio da escola é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todos, sem discriminação, respeitando suas diferenças e solicitando ajuda as instituições especializadas quando se fizer necessário. As escolas devem manter um projeto de estudo e pesquisas permanentes, que vise orientar educadores, familiares e a própria comunidade,

visto que há uma carência de informações para essa população. O educador deve sentir-se respaldado, informado e sensibilizado, evitando posturas radicais, imposições e resistência, pois seu modelo de comportamentos influenciara no comportamento dos pais e alunos.

Como percebemos é positivo e possível à inclusão do deficiente intelectual no ensino regular. Finalizo este texto enfatizando que com uma nova concepção de ser humano, ética, cultura e sociedade a educação passa a ser definida e viabilizada como direito de todos. À medida que existirem estas mudanças de mentalidade nas escolas, altera-se o pensamento e a realidade. Incluir a todos, cada um à sua maneira, na sociedade também é um dever da escola.

Vale lembrar que os serviços de apoio não substituem o professor da escola regular, a inclusão do aluno com deficiência intelectual nesta etapa da educação depende de os professores entenderem que o processo de conhecimento é tão importante quanto o seu produto final, e que se deve respeitar o ritmo de aprendizagem e o seu traçado que cada aluno elabora a partir de seu sistema de significações e de conhecimentos adquiridos anteriormente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

Coll, César; Palácios, A.M.J Desenvolvimento Psicológico e educação

Volume 3 - 1999.

Gabrilli, M. Manual de convivência--pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. 2ª edição, ampliada e revista.

Januzzi, G.M A educação do deficiente no Brasil. Dos primórdios ao início do século XXI Campinas Autores Associados, 2004.

Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

Santos, M.P; Paulino, M.M(org.) Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas / 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008

Sassaki, R.K. Integração e Inclusão: do que estamos falando? Tema sobre Desenvolvimento, v.7, n.39. 1998.

Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Acesso em 03/05/2013.